

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO EM SAÚDE A PARTIR DO APOIO INSTITUCIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA¹

Ana Ruth Barbosa de Sousa², Jaciline Bezerra de Aguiar³, Natalia Fernandes do Nascimento⁴, Gislayne Silva Barbosa⁵

¹ Relato de experiência desenvolvido pelo apoio institucional da Escola de Saúde Pública da Paraíba - SES PB

² Apoiadora Institucional da Escola de Saúde Pública da Paraíba - SES PB

³ Apoiadora Institucional da Escola de Saúde Pública da Paraíba - SES PB

⁴ Apoiadora Institucional da Escola de Saúde Pública da Paraíba - SES PB

⁵ Apoiadora Institucional da Escola de Saúde Pública da Paraíba - SES PB

A Educação Permanente em Saúde (EPS), de forma geral, se configura como aprendizagem no trabalho, em um processo onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho, sendo baseada na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho em saúde. Observa-se a sua organização e normatização, a partir da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) instituída por meio da Portaria GM/ MS nº 198/2004, e que teve suas diretrizes de implementação publicadas na Portaria GM/MS nº 1.996/2007. Logo, considera-se que a EPS apresenta-se como uma potente ferramenta para a gestão em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), ao passo que ela possibilita a percepção e reflexão sobre as fragilidades e necessidades dos serviços e dos profissionais, a autogestão e a transformação das práticas profissionais e institucionais, interligando a teoria à prática, proporcionando ressignificação, e preparando os trabalhadores a lidar com situações da realidade. Desta forma, contribui diretamente no aprimoramento da resolutividade e no cuidado em saúde. A proposta contida na PNEPS assume a regionalização da gestão do SUS, como base para o desenvolvimento de iniciativas qualificadas para o enfrentamento das carências e necessidades do sistema nacional de saúde. Nesse sentido, o presente resumo tem o objetivo de apresentar a experiência do desenvolvimento da EPS a partir da atuação Apoio Institucional (AI), em 5 Regiões de Saúde, que compõem a 2ª Macrorregião do estado, abrangendo o total de 70 municípios. O Apoio Institucional surge com base no método Paidéia, definido como um método de apoio à cogestão de processos complexos de produção. É um método de gestão, sendo o apoiador institucional um facilitador, articulador, mediador de conflitos, que visa facilitar processos possíveis de mudanças nas instituições, organizações e nos próprios sujeitos, através do diálogo, da problematização e da reflexão, trazendo sempre que possível, elementos importantes para potencializar o processo de trabalho e a cogestão. O AI apresenta um papel fundamental de suporte técnico, político e pedagógico

dos trabalhadores do SUS, acompanhando, orientando, contribuindo para avaliar e a desenvolver todo o potencial do trabalhador da saúde e assim o desenvolvimento do potencial do próprio sistema de saúde. No estado da Paraíba, o Apoio Institucional atua desde 2011, sendo coordenado pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB), a partir da vinculação de um apoiador institucional em cada região de saúde, especificamente compondo as equipes das Gerências Regionais de Saúde, com atribuições específicas que tem como finalidade principal possibilitar o fomento da Política Estadual de Educação Permanente (PEEPS) nos municípios paraibanos. Para tanto, algumas das ações desenvolvidas são: apoio pedagógico, técnico e administrativo as regiões de saúde na execução de suas tarefas; articulação com as áreas técnicas da secretaria estadual de saúde e segmentos da sociedade civil; apoio aos técnicos e gestores no conhecimento, proposição e acompanhamento da análise situacional, dos indicadores de saúde prioritários para a política nacional e estadual de saúde e das principais políticas e programas de saúde do estado e da união; apoio aos técnicos e gestores no conhecimento dos processos e das dinâmicas da gestão e do financiamento da saúde, que interferem na organização das ações e serviços de saúde; ,organização e execução de condições estruturais e logísticas necessárias para a execução de oficinas, grupos de estudos, cursos, reuniões e outras estratégias de EPS nas regiões de saúde; proposição de ações pedagógicas visando contribuir com a solução de problemas diagnosticados na região; apoio às Comissões Intergestoras Regionais (CIR) e às Comissões de Integração Ensino e Serviço (CIES); e apoio à realização de pesquisas nos territórios. As ações realizadas preconizam aspectos que incentivam o trabalho em equipe, a cogestão, o planejamento e avaliação em saúde, e utilizam sobretudo de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, as quais tem alicerce no princípio teórico significativo da autonomia, e que tem efeitos positivos na formação dos trabalhadores em saúde. Destaca-se ainda que o constante diálogo entre os serviços e a gestão de saúde dos municípios e estado, e as instituições de ensino locais se mostra imprescindível para as ações desenvolvidas com base na EPS. Desta forma, tem-se percebido a significativa contribuição da EPS no fortalecimento das gestões municipais e estadual, uma vez que tanto os gestores municipais, quanto os próprios profissionais de saúde encontram espaço para refletir suas práticas, a partir de seu próprio cotidiano, e tornam-se mais seguros para então construir as possibilidades de aprimoramento do cuidado e assistência ofertado pelo SUS no estado.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Educação Permanente em Saúde; Gestão